

Pix terá novas regras a partir de novembro

A partir de 1º de novembro, o Banco Central (BC) implementará novas regras para aumentar a segurança nas transações feitas pelo Pix.

Entre as principais mudanças no Pix está a criação de novos limites de transferência para dispositivos não cadastrados no sistema bancário. Para novos aparelhos, o valor máximo por transação será de R\$ 200, enquanto o limite diário de transferências será de R\$ 1.000.

Para movimentações de valores superiores, será necessário registrar o celular ou computador no banco. No entanto, essas regras não afetam dispositivos já utilizados anteriormente para realizar transações via Pix.

O BC explicou que, ao exigir o cadastro de novos dispositivos, o risco de fraudes envolvendo o roubo de informações, como login e senha, será reduzido. Essas medidas foram elaboradas em conjunto com especialistas do setor financeiro e têm como foco tornar o Pix mais seguro para os usuários.

As mudanças também incluem novas exigências para as instituições financeiras. Os bancos precisarão desenvolver sistemas de gerenciamento de riscos mais robustos, capazes de identificar transações suspeitas ou incompatíveis com o perfil de seus clientes. Além disso, as instituições deverão informar os clientes sobre cuidados necessários para evitar golpes e fraudes.

Outra exigência é que os bancos verifiquem, a cada seis meses, se os clientes estão envolvidos em casos de fraude, conforme os registros na base de dados do Banco Central. Se houver indícios de comportamento fraudulento, as instituições poderão adotar medidas como encerramento de contas, limites diferenciados para autorizações de transações, ou até o bloqueio cautelar de operações.

Outra novidade anunciada é a futura introdução do Pix automático, previsto para entrar em vigor em 2025. Esse recurso permitirá que os usuários realizem pagamentos recorrentes, como contas de serviços públicos ou mensalidades, de forma semelhante ao débito automático.



Fenae defende que cargos de direção da Funcef devem ser ocupados por empregados da Caixa

Diante das notícias sobre a substituição do presidente da Fundação dos Economiários Federais (Funcef), a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) informa que acompanha com atenção todas as movimentações que afetam a Fundação e seus participantes. Reafirmamos nossa defesa incondicional por uma governança voltada à proteção dos interesses dos empregados e aposentados da Caixa.

É importante destacar que as indicações para a presidência são responsabilidade da patrocinadora. Portanto, não cabe à Fenae defender os nomes indicados, uma vez que eles, inevitavelmente, atendem aos interesses da Caixa. Nossa função é monitorar suas ações de perto e articular com os representantes eleitos para assegurar a preservação e o avanço dos direitos dos participantes.

Por uma questão histórica e em coerência com a defesa dos participantes, a Fenae mantém sua posição firme de que os cargos de direção, incluindo o de presidente da Fundação, devem ser ocupados por empregados da Caixa, com conhecimento e compromisso em relação aos assuntos que dizem respeito aos trabalhadores da empresa.

O patrimônio da Funcef pertence aos participantes, e é mais do que legítimo que eles tenham protagonismo na gestão dos recursos acumulados ao longo de suas carreiras. A Fenae seguirá atenta e vigilante, sempre orientada pela defesa dos direitos e do futuro dos participantes e pelo fortalecimento da Fundação.